

Sumário

Número de notícias: 20 | Número de veículos: 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita de impostos tem alta recorde 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Revisão de receitas para 2023 pode aliviar rombo deixado por PEC 4

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Transição quer enterrar reforma administrativa de Guedes 6

JORNAL DA CIDADE - ARACAJU - SE - POLÍTICA/NACIONAL
SERVIDOR PÚBLICO

Autor da PEC da Transição espera aprovação "rápida" 7

ZERO HORA - RS - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

STF retoma julgamento da "revisão da vida toda" hoje 8

PORTAL UOL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Revisão da vida toda do INSS: veja o que pode mudar na aposentadoria 9

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS paga aposentadorias e pensões de novembro a novo grupo nesta quarta-feira; veja
calendário 11

O GLOBO - ON LINE - RJ - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Décimo terceiro: Prazo para pagamento da primeira parcela termina nesta quarta-feira
..... 12

A GAZETA - MT - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Primeira parcela chega hoje 13

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Saia do vermelho enquanto é tempo (Artigo) 14

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Cenário tributário 2023: ano do compliance fiscal (Artigo) 15

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Taxação de lucros e dividendos é prioridade para o PT, mas há resistências 17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Novo governo deve rever cortes de alíquotas de itens de fora do Mercosul 19

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Usuários de energia já pagaram R\$ 25,8 bi em subsídios este ano 20

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Estatal do pré-sal prevê movimento de R\$ 832 bilhões em dez anos..... 22

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Número de vagas de emprego cai 42,5%..... 23

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO
ECONOMIA

Cortes na Saúde ameaçam políticas públicas..... 24

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
ECONOMIA

Entidades de ensino superior protestam contra novos cortes..... 25

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Sobem para 21 os estados com nota A e B do Tesouro..... 26

PIONEIRO - RS - OPINIÃO
ECONOMIA

Inadimplência e o fantasma da pandemia (Artigo)..... 27

Receita de impostos tem alta recorde

Mariana Albuquerque*

A arrecadação do governo federal com **impostos**, contribuições e demais receitas atingiu, em outubro, R\$ 205,4 bilhões. O resultado representa um aumento real de 7,97% na comparação com outubro de 2021, ou seja, acima da variação da **inflação** medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), informou a Secretaria da **Receita Federal**.

No acumulado de janeiro a outubro de 2022, segundo o Fisco, a arrecadação foi a R\$ 1,836 trilhão, uma alta real de 9,35% ante o mesmo mês do ano passado. De acordo com a Receita, este é o melhor desempenho desde 2000, tanto para outubro quanto para o período acumulado.

Na avaliação do órgão, o aumento da arrecadação pode ser explicado pelo crescimento de recolhimentos do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), que incidem sobre o lucro das empresas. Ambos são importantes indicadores da atividade econômica. IRPJ e CSLL alcançaram o montante de R\$ 53,88 bilhões, com crescimento real de 13,01% em relação ao mesmo mês de 2021.

Merece destaque, também, a receita obtida com o Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) - Rendimentos de Capital, que totalizou R\$ 6,56 bilhões em outubro, com acréscimos de 57,16%, e R\$ 69,52 bilhões nos 10 meses do ano (aumento de 62,25%). Esses resultados são consequência da alta da Selic (taxa básica de juros), que elevou os rendimentos dos fundos e títulos de renda fixa e, conseqüentemente, do imposto recolhido.

Segundo a Receita, os efeitos do processo de consolidação fiscal, bem como a implementação das reformas estruturais e microeconômicas para aumento da produtividade, também contribuem para o crescimento econômico sustentável de longo prazo.

"No geral, a arrecadação vem se comportando da mesma forma desde o início do ano, acompanhando o desempenho da atividade econômica. Em outubro, o destaque ficou por conta do Imposto de Renda que, este ano está se apresentando de uma maneira bastante extraordinária em termos de arrecadação", explicou o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da **Receita Federal**, Claudemir Malaquias.

Superavit de R\$ 30,8 bi

As contas do Governo Central registraram superavit de R\$ 30,8 bilhões em outubro, o terceiro melhor resultado primário para o mês desde o início da série histórica, em 1997.

Em relação a outubro de 2021, que teve saldo positivo de R\$ 28,4 bilhões, o crescimento foi de 1,6%.

No resultado acumulado de janeiro a outubro de 2022, o Tesouro Nacional e o Banco Central apresentaram superavit de R\$ 316,9 bilhões. Já a **Previdência Social** (RGPS) teve deficit de R\$ 250,1 bilhões. Com isso, as contas do governo ficaram no azul em R\$ 64,4 bilhões no período.

*Estagiários sob a supervisão de Odail Figueiredo

Revisão de receitas para 2023 pode aliviar rombo deixado por PEC

Idiana Tomazelli

A revisão das projeções de arrecadação para 2023 pode aliviar o impacto da PEC (proposta de emenda à Constituição) da Transição no déficit das contas do país, segundo integrantes da equipe de transição do governo eleito de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e economistas de fora do governo.

A avaliação é que o valor das receitas indicado na proposta orçamentária do ano que vem está subestimado e não reflete a real tendência para o quadro fiscal do país.

Sem mudanças, a proposta de Orçamento de 2023 demonstra hoje um cenário de queda nas receitas como proporção do **PIB** tão intenso quanto o ocorrido em 2020, quando o recolhimento de **tributos** foi severamente afetado pelos efeitos da pandemia sobre a atividade econômica.

Em 2022, a arrecadação líquida deve chegar a R\$ 1,86 trilhão, segundo a estimativa mais recente divulgada pelo Ministério da Economia. O valor equivale a 19,2% do **PIB**.

Já o projeto de lei do Orçamento foi encaminhado em 31 de agosto, com arrecadação líquida estimada em R\$ 1,804 trilhão. A cifra representa 17% do **PIB** e, na comparação com 2022, significa uma queda nominal da arrecadação -cenário considerado difícil de se realizar porque o próprio aumento de preços contribui para elevar a base de tributação.

Só no auge da pandemia houve uma queda tão brusca, acima de dois pontos percentuais do **PIB**: a arrecadação líquida caiu de 18,2% em 2019 para 16,1% em 2020.

A projeção de receitas é relevante porque ela entra na conta do resultado primário do governo, que indica a diferença entre arrecadação e gastos. Quando esse valor é negativo, é sinal de que o país precisou se endividar mais para arcar com seus compromissos. O custo dessa dívida é próximo da taxa básica de juros, a Selic, hoje em 13,75% ao ano.

O Orçamento de 2023 prevê um déficit de R\$ 63,7 bilhões. A junção da PEC da Transição com esse cenário resultaria em um déficit considerável -

ampliando o incômodo do mercado financeiro com a proposta.

O texto protocolado busca autorizar até R\$ 198 bilhões fora do teto de gastos -regra fiscal que limita o avanço das despesas à variação da **inflação**- por meio da exclusão de despesas com o novo Bolsa Família e investimentos. Mas negociações entre parlamentares podem reduzir esse valor para algo mais próximo a R\$ 150 bilhões, como mostrou a Folha.

Mesmo com flexibilizações, o texto tem sido fortemente criticado pelo mercado financeiro, que vê espaço para uma autorização extra de no máximo R\$ 100 bilhões. Um valor maior poderia, na avaliação dessa ala, ampliar o risco de descontrole da dívida pública.

O próprio PT tem baseado mapear medidas que podem atenuar o impacto da PEC no endividamento do país. Mas há uma tentativa também de apontar a subestimação das receitas como um fator que deve ser colocado na balança, contribuindo para melhorar o cenário das contas.

Desde o envio da proposta de Orçamento, o próprio Ministério da Economia elevou suas estimativas de arrecadação líquida em 2022 em R\$ 81 bilhões, observou Fernando Montero, economista-chefe da corretora Tullet Prebon em relatório distribuído a clientes. "Desde o envio do Ploa em agosto, a base das receitas em 2022 não parou de subir. Esta é a nota alvissareira", afirmou.

Paia o ano que vem, a Economia comunicou à CMO (Comissão Mista de Orçamento) uma ampliação de R\$ 23,1 bilhões nas receitas previstas, mas o valor não chegou a ser incorporado oficialmente durante a tramitação do Orçamento.

Na transição, chegaram a circular estimativas de alta próximas a R\$ 50 bilhões na receita de 2023, mas o número final ainda vai depender de uma série de fatores, como a revisão do **PIB** de anos anteriores pelo IBGE. Além disso, uma revisão na estimativa de crescimento da atividade em 2023 pode minimizar o efeito positivo da arrecadação. O Orçamento conta com uma expansão de 2,5%, enquanto o mercado espera em média 0,7%.

O economista Manoel Pires, coordenador do Observatório de Política Fiscal do Ibre/ FGV, diz que uma ampliação das despesas para 2023 reforça a perspectiva de um déficit nas contas, mas não necessariamente agrava o rombo fiscal na mesma intensidade.

"O fato de estar negociando R\$ 150 bilhões agora não significa que o déficit vá piorar em R\$ 150 bilhões" alerta. "O waiver [licença para gastar] do governo, seja ele qual for, não significa que a piora vá ser na mesma medida."

Para ele, uma queda nas receitas de 19% para 17% do **PIB** seria o mesmo que prever um "cenário de crise", pouco factível considerando a expectativa de manutenção de alguns fatores positivos para a arrecadação, como preço de petróleo mais elevado.

"A média de arrecadação desde 2017 de 17,8% do **PIB**, com uma pandemia no período. Apesar de ser sensato o conservadorismo na projeção de arrecadação, quando se considera os números, é mais provável que a arrecadação surpreenda para cima", afirma. "O quão melhor será a arrecadação ainda é difícil de dizer!"

Pires ressalta também que há uma mudança estrutural nas receitas ligadas ao setor de petróleo contratadas para os próximos anos. Ele cita estudo do economista Bráulio Borges, também do Ibre/ FGV, que aponta um crescimento expressivo na arrecadação de royalties, participações especiais, dividendos pagos à União e **tributos** de empresas ligadas ao setor.

A arrecadação desses valores ficou em 0,92% na média de 2021 a 2030, mas subiria a 2,11% do **PIB** na média de 2022 a 2030, considerando o barril de petróleo a US\$ 65 (R\$ 345). Mesmo em cenários mais conservadores, com barril a US\$ 45 (R\$ 239), ainda assim haveria crescimento.

Governo tem superávit de R\$ 30,8 bi em outubro

O governo central registrou um superávit primário de R\$ 30,801 bilhões em outubro, informou o Tesouro nesta terça-feira (29). O dado, que reúne contas de Tesouro Nacional, Banco Central e **Previdência Social**, veio melhor que a projeção do mercado, de superávit de R\$ 25,671 bilhões, segundo pesquisa Reuters com analistas.

As receitas do governo central, já descontadas as transferências obrigatórias a estados e municípios, cresceram 2,8% em termos reais em outubro sobre o mesmo mês de 2021, para R\$ 171,226 bilhões.

No mês, as receitas foram reforçadas pelo aumento da

arrecadação previdenciária e do Imposto de Renda. Já as despesas do governo cresceram 3,1% acima da **inflação** no mês passado, a R\$ 140,465 bilhões, com alta nos gastos previdenciários e repasses a governos regionais, parcialmente compensada por uma queda de despesas com o com bate à Covid e recuo nos desembolsos discricionários de ministérios. No acumulado de janeiro a outubro, o superávit ficou em R\$ 64,438 bilhões, ante um rombo de R\$ 53,085 bilhões em igual período de 2021. Em 12 meses, o superávit primário é de R\$ 85,7 bilhões, equivalente a 1,02% do **PIB**.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50111>

Transição quer enterrar reforma administrativa de Guedes

O grupo da equipe de transição que discute questões relativas a trabalho vai recomendar que a reforma administrativa proposta por Jair Bolsonaro (PL) seja descartada e substituída por uma mesa de negociação que discuta o funcionamento da máquina pública na futura gestão do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O grupo também vai propor barrar a criação do Carteira Verde e Amarela, programa que flexibiliza a legislação trabalhista defendido pelo atual ministro da Economia, Paulo Guedes.

Segundo o deputado Rogério Correia (PT-MG), a ideia é "ficar livre da PEC 32 [reforma administrativa] de alguma forma, descartar". No lugar, será proposta uma mesa de negociação que debata "questões imediatas de arrocho a que o servidor está submetido há seis anos, mas também o funcionamento da máquina pública".

Elaborada pela equipe de Guedes, a PEC (proposta de emenda à Constituição) da reforma administrativa foi enviada pelo governo Bolsonaro ao Congresso em setembro de 2020. O texto foi aprovado por uma comissão especial da Câmara na madrugada de 24 de setembro de 2021, depois de partidos trocarem integrantes no Colegiado para impedir a derrota da proposta.

Desde então, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), vinha cobrando do governo Bolsonaro maior empenho na aprovação do texto, que já está pronto para ser votado em plenário. A avaliação do entorno do presidente, no entanto, foi que a reforma poderia prejudicar a campanha à reeleição, por ser impopular entre o funcionalismo, e, por isso, a PEC ficou em segundo plano.

Agora, a equipe de transição quer recomendar a Lula negociar para que o texto não avance. "Na Câmara, depende do presidente [Lira]. O presidente da República pode mandar uma mensagem pedindo para retirar a PEC 32, até para você discutir o mundo do trabalho com o servidor público sem uma espada na cabeça. Isso estará no relatório", afirmou Correia. "Queremos retomar o debate sobre o que é o serviço público no Brasil." Outra proposta do grupo é barrar qualquer tentativa de criar a Carteira Verde e Amarela, programa que flexibiliza regras trabalhistas que já foi

derrotado pelo Congresso duas vezes durante o governo Bolsonaro.

O atual presidente já enviou duas medidas provisórias com as mudanças. A MP 905 foi aprovada pela Câmara em abril de 2020, mas perdeu validade no Senado. Já a MP 1.045 passou pelos deputados, mas foi rejeitada pelos senadores em setembro de 2021.

"Vamos retirar o projeto de lei de Carteira Verde e Amarela e configurar uma comissão tripartite para discutir o novo mundo do trabalho e regras que garantam geração de emprego, crescimento do país e direito dos trabalhadores", afirmou o deputado petista.

Correia disse ainda que o grupo vai sugerir a recriação do Ministério do Trabalho e Emprego sem incluir a área de **Previdência Social**, como é hoje. "Uma composição semelhante ao ministério da época do Lula", disse.

Além disso, indicou que o relatório não vai propor o restabelecimento do imposto sindical.

"Pelo que eu tenha conhecimento das centrais [sindicais], não há quem defenda o retorno do imposto sindical. Eles defendem, sim, uma deliberação democrática da categoria em relação à contribuição."

Correia também ressaltou que o novo governo não deve fazer um "revogação" da reforma trabalhista aprovada na gestão Michel **Temer** (MDB).

"Precisam ser revogados alguns pontos, outros não", disse. "Depende muito da relação que os sindicatos vão ter. Se você fortalece o sindicato enquanto negociador coletivo, muitas coisas que estão na reforma hoje talvez não precisem ser alteradas." Danielle Brant, Catia Seabra, Raquel Lopes, Renato Machado e Marianna Holanda

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=501>

11

Autor da PEC da Transição espera aprovação "rápida"

Depois de atingir a marca das 27 assinaturas necessárias, o senador Marcelo Castro (MDB-PI), autor formal da PEC da Transição (PEC 32/2022) falou em avançar nas negociações para dar celeridade à tramitação da matéria no Congresso Nacional. "Com as assinaturas suficientes para a tramitação da PEC do Bolsa Família, continuaremos as negociações para aprovarmos a proposta o mais rápido possível", disse.

"O novo bloqueio de R\$ 1,7 bilhão, feito ontem pelo governo no Ministério da Educação, mostra o quanto o orçamento do país está deficitário em diversas áreas", salientou. "Sem a PEC, não teremos dinheiro, por exemplo, para a rede pública de saúde, para o programa farmácia popular, para a compra de vacinas, para a educação, em todos os níveis, para merenda escolar, para os programas de habitação popular, para a manutenção de estradas, para a segurança, para o reajuste do salário mínimo e dos **servidores públicos**, para o cumprimento das Leis Aldir Blanc 2 e Paulo Gustavo, para as áreas de ciência e tecnologia, incluindo a área de pesquisas, enfim, para quase nada", defendeu.

"Sem falar que só com a PEC poderemos tirar, novamente, o Brasil do mapa da fome, garantindo os R\$ 600 do Bolsa Família e mais R\$ 150 por criança de até seis anos de idade. Vamos reconstruir o país com responsabilidade fiscal e social", concluiu.

A proposta começa a tramitar a menos de um mês do recesso parlamentar e não encontra consenso entre deputados e senadores - o que indica necessidade de o novo governo negociar.

Pelo regimento interno do Senado Federal, PECs iniciam sua tramitação na Comissão de Constituição e Justiça, onde pode ser colocada em votação após cinco dias. Lá, cabe ao presidente do colegiado - atualmente o senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) - definir quando ocorrerá a apreciação. A regra determina que isso ocorra em um prazo de até 30 dias.

A norma interna do Senado destaca que, após a análise no colegiado, a PEC segue para o plenário, onde passa por cinco sessões de discussão, e então está pronta para a votação em primeiro turno. Até o segundo turno, são cinco dias úteis de intervalo e mais três sessões de debate.

Para ser aprovada, a proposta depende do aval de pelo menos 3/5 dos integrantes da casa legislativa (o que significa 49 dos 81 senadores) nos dois turnos de votação no plenário.

Como é fruto de negociações, contudo, todos esses prazos regimentais já estão sendo desconsiderados tanto pelo PT, quanto por lideranças no Senado. A expectativa é que, tão logo atinja as assinaturas previstas, a PEC seja lida no plenário e despachada para a CCJ. Até lá, espera-se já haver um acordo Alcolumbre para pautar prontamente o texto.

Contudo, sem esse pacto ainda acertado, bem como em torno dos termos finais do texto, a previsão inicial de votar a PEC na CCJ e no plenário na quarta-feira (30), já está praticamente descartada.

Haddad: não participei de redação da PEC

O ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad (PT), favorito para assumir o Ministério da Fazenda, afirmou na noite desta segunda-feira, 28, que não participou da redação do texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da transição.

"Não posso comentar o texto da PEC porque sequer o conheço. Não participei da elaboração do texto, o que conheço é o que vocês publicaram nos jornais. Não vou emitir opinião porque vou me reunir a partir de amanhã com integrantes do grupo da economia", afirmou o ex-ministro.

"É uma decisão que cabe ao governo, estou aqui na condição de colaborador, para dar opiniões sobre como eu acho que deve caminhar esse assunto", acrescentou.

A PEC foi protocolada ontem pelo senador Marcelo Castro (MDB-PI) e visa abrir espaço fiscal no Orçamento do ano que vem ao excepcionalizar o Bolsa Família do teto de gastos por 4 anos.

STF retoma julgamento da "revisão da vida toda" hoje

Ficou para hoje a retomada do julgamento, no Supremo Tribunal Federal (STF), da "revisão da vida toda" do **INSS**, interrompido em março deste ano. A Corte vai decidir se os beneficiários da **Previdência Social** poderão considerar todas as suas contribuições ao longo da vida - incluindo as anteriores a julho de 1994 - no cálculo do valor da aposentadoria.

Isso porque a Lei 9.876, de 1999, estabeleceu que as contribuições anteriores a julho de 1994, início do Plano Real, não seriam contabilizadas no cálculo do benefício previdenciário.

Interrupção

Em março, o ministro Nunes Marques interrompeu o julgamento e pediu mais tempo de análise. O placar estava 6 a 5 a favor da revisão, com votos do então ministro Marco Aurélio Mello e dos ministros Edson Fachin, Cármen Lúcia, Rosa Weber, Alexandre de Moraes e Ricardo Lewandowski. Votaram contra Marques, Dias Toffoli, Luís Roberto Barroso, Luiz Fux e Gilmar Mendes. Agora, André Mendonça agora substitui Marco Aurélio.

Pela regra que será julgada, tem direito à revisão quem se aposentou há no máximo 10 anos, antes da reforma da Previdência de 2019 e que tenha contribuído para o **INSS** antes de 1994. A revisão só será vantajosa caso o beneficiário tenha contribuído com valores mais altos antes de 1994. Assim, esse período, que hoje não é computado, passaria a ser considerado no cálculo, elevando a média da aposentadoria.

Incomum

Esse, porém, é um cenário menos comum, já que, tradicionalmente, as pessoas começam a carreira com salários mais baixos. Trabalhadores que ganhavam menos antes do Plano Real não teriam vantagem, pelo contrário: se incluíssem os salários antigos, diminuiriam o valor da aposentadoria que recebem hoje

- É um grupo muito reduzido que se vai se beneficiar dessa revisão. Mas teve gente que teve a vida laboral invertida - afirma Diego Cherulli, vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário.

Ele explica que a lei que estabelece o marco de julho de 1994 era uma regra de transição: primeiro, para facilitar o cálculo das aposentadorias, pela diversidade de moedas antes do real; e, depois, porque considerar todo o período acabava baixando a média das contribuições e, conseqüentemente, o valor do benefício.

Tira-dúvidas

SE APROVADA PELO STF, A REVISÃO É AUTOMÁTICA?

Não. Será beneficiado apenas quem já tem processo em andamento na Justiça ou entrar com uma ação dentro do prazo. E mesmo em caso de decisão favorável do STF, a revisão ainda pode ser negada na Justiça, conforme julgamento em cada caso.

COMO SABER SE É VANTAJOSA?

Quem teve salários mais altos antes do Plano Real pode, potencialmente, se beneficiar com a revisão da vida toda para aumentar o valor da aposentadoria. A recomendação é procurar um especialista, como um advogado previdenciário.

E SE FOR VANTAGEM?

É preciso entrar com ação judicial.

Como resultado, o beneficiário pode não só rever a renda atual do benefício, como receber a correção pelos últimos cinco anos.

Site: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/>

Revisão da vida toda do INSS: veja o que pode mudar na aposentadoria

Do UOL, em São Paulo

O STF (Supremo Tribunal Federal) incluiu na pauta desta quarta-feira (30) o julgamento da revisão da vida toda da aposentadoria do **INSS**. Essa revisão permitiria que os aposentados usem todos os salários para calcular o valor da aposentadoria e não apenas os salários depois de julho de 1994 - que foi a regra implementada em 1999, que mudou a forma de cálculo das aposentadorias.

O julgamento estava previsto para semana passada, mas foi remarcado para esta quarta.

Quem tem direito à revisão? Se aprovada, a revisão só pode ser pedida por aposentados que começaram a receber seus benefícios entre 29 de novembro de 1999 e 12 de novembro de 2019, um dia antes da Reforma da Previdência.

Mesmo assim, é preciso pedir a revisão em até dez anos, contados a partir do mês seguinte ao pagamento da primeira aposentadoria.

Se um aposentado começou a receber o benefício em novembro de 2012, por exemplo, ele pode fazer o pedido de revisão na Justiça até dezembro de 2022.

Nenhuma aposentadoria concedida depois da reforma da Previdência tem direito à revisão.

Em 1999, a Reforma da Previdência da época alterou cálculos dos benefícios ao estabelecer que contribuições ao **INSS** anteriores ao Plano Real não seriam consideradas na conta.

A moeda vigente no Brasil até 30 junho de 1994 era o cruzeiro real. Para considerar os salários anteriores ao real no cálculo da aposentadoria, é preciso primeiro converter a moeda em real para depois fazer o cálculo.

A decisão do STF pode ser aplicada a todos os processos que estão na Justiça sobre o tema.

Vale a pena para todo mundo? Maria Faiock, advogada especializada em direito previdenciário, afirma que não. A revisão vale a pena apenas para os aposentados que recebiam altos salários antes de julho de 1994.

Faiock diz que é essencial fazer o cálculo de quanto seria a aposentadoria com a revisão antes de fazer a solicitação. Se um aposentado faz o pedido de revisão e o valor fica menor do que recebe hoje, a aposentadoria pode ser reduzida.

Feito o cálculo, o aposentado precisa avaliar se é melhor continuar utilizando o cálculo do **INSS** e recebendo o valor atual ou se a revisão aumentaria a aposentadoria.

Quem é beneficiado pela revisão? O IBDP diz que três grupos são os principais beneficiados: aqueles que realizaram poucos recolhimentos depois de 1994, quem recebia uma alta remuneração antes de 1994 e aqueles com baixos salários depois de 1994.

A revisão vale para qualquer aposentadoria? A revisão vale para aposentadorias por idade, por tempo de contribuição, especial, por invalidez, auxílio doença ou pensão por morte .

Como pedir a revisão? Faiock afirma que cada aposentado precisa entrar com uma ação individual na Justiça para que seu caso seja avaliado.

O IBDP diz que a ação pode garantir que o beneficiário tenha uma revisão na aposentadoria e receba os últimos cinco anos atrasados.

A orientação dos especialistas é que o segurado que tenha direito à revisão entre com o processo o quanto antes para não correr o risco de perder o prazo de dez anos.

Documentos necessários: Faiock diz que o aposentado precisa reunir documentos básicos (como RG, CPF e comprovante de residência) e informes que provem suas contribuições anteriores a 1994, como carteira de trabalho assinada, carnês do **INSS** e carta de concessão do benefício a ser revisado.

Dá para conseguir a carta de concessão pela internet, acessando o Meu **INSS** (via site ou aplicativo, disponível para Android e iOS). Acesse o Meu **INSS** com login e senha, escolha a opção carta de concessão e emita o documento.

Quantas pessoas serão beneficiadas? Não há dados oficiais até o momento. O IBDP estima que cerca de

20% dos aposentados teriam direito à revisão.

Tema já esteve no STF: Não é a primeira vez que o texto é discutido pela Corte. Em março deste ano, o julgamento foi feito no plenário virtual do STF, garantindo o direito dos aposentados por seis votos a cinco.

O ministro Nunes Marques pediu a inclusão de um destaque, o que fez com que o julgamento precisasse ser remarcado para votação em plenário físico e começasse do zero.

Impacto na Previdência: O STJ (Superior Tribunal de Justiça) já decidiu, em 2019, a favor da revisão da vida toda. O STF analisa agora a constitucionalidade da norma com foco no prejuízo aos cofres públicos que ela traria.

Dyna Hoffmann, advogada e CEO do SGMP Advogados, explica que o principal argumento da União contra a revisão da vida toda é o aumento de um benefício sem a contrapartida devida, ofendendo o equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Geral de **Previdência Social** .

Segundo a equipe econômica do governo, o impacto seria de R\$ 46 bilhões ao longo de dez anos. Mas especialistas ponderam que esse cálculo é superestimado porque o número de pessoas beneficiadas não seria tão alto.

Fizeram só uma média do valor do aumento e valores retroativos, considerando todos os benefícios ativos , afirma Diego Cherulli, vice-presidente do IBDP. Os ministros do STF que já votaram contra a revisão em julgamento anterior também apontaram a dificuldade na contabilidade dos novos benefícios.

* Com informações da Agência Estado.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/11/30/entenda-revisao-da-vida-toda-da-aposentadoria.htm>

INSS paga aposentadorias e pensões de novembro a novo grupo nesta quarta-feira; veja calendário

Por Renata Baptista, g1

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) paga, nesta quarta-feira (30), os benefícios referentes ao mês de novembro a aposentados e pensionistas que recebem 1 salário mínimo e possuem o cartão com final 5.

Os pagamentos tiveram início na última quinta-feira (24). Já receberam os benefícios aqueles que recebem 1 salário mínimo e possuem o cartão com final 1, 2, 3 e 4.

O calendário leva em conta o número final do cartão de benefício, sem considerar o último dígito verificador, que aparece depois do traço.

O pagamento dos benefícios de novembro será feito até o dia 7 de dezembro, de acordo com o calendário abaixo:

Benefícios do **INSS** acima do mínimo têm reajuste de 10,16%; teto sobe para R\$ 7.087. Veja calendário de benefícios. Prova de vida do **INSS** tem novas regras; veja tira dúvidas

Atualmente, existem mais de 36 milhões de pessoas com direitos a benefícios do **INSS** no país - mais de 60% recebem um salário mínimo.

Para quem ganha o benefício no valor do salário mínimo, o piso nacional passou para R\$ 1.212 desde 1º de janeiro. Por lei, aposentadorias, auxílio-doença, auxílio-reclusão e pensão por morte pagas pelo **INSS** não podem ser inferiores a 1 salário mínimo.

Já os aposentados e pensionistas que recebem benefícios acima do salário mínimo tiveram reajuste de 10,16% na remuneração - o teto dos benefícios do **INSS** passou de R\$ 6.433,57 para R\$ 7.087,22.

Como consultar benefícios

Uma maneira simples de fazer a consulta dos benefícios do **INSS** é através da central de atendimento por telefone, no número 135. Ao ligar, informe o número do CPF e confirme algumas

informações cadastrais, de forma a evitar fraudes. O atendimento está disponível de segunda a sábado, das 7h às 22h; O segurado pode acessar o site Meu **INSS**, que reúne diversos serviços digitais do **INSS**. Após fazer o login, na tela inicial, clique no serviço de Extrato de Pagamento e você terá acesso ao seu extrato e todos os detalhes sobre o pagamento do benefício; A consulta do benefício também pode ser feita pelo aplicativo Meu **INSS**, disponível para Android e iOS. Assim como no acesso pelo site, de início, é necessário fazer o login, e então, todos os serviços disponíveis e histórico das informações do beneficiário serão listados.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/11/30/inss-paga-aposentadorias-e-pensoes-de-novembro-a-novo-grupo-nesta-quarta-feira-veja-calendario.ghtml>

Décimo terceiro: Prazo para pagamento da primeira parcela termina nesta quarta-feira

O prazo para o pagamento da primeira parcela do décimo terceiro salário termina nesta quarta-feira, dia 30. Para os trabalhadores, esta é a oportunidade de pagar as contas em atraso ou até mesmo separar uma quantia para as despesas de início de ano. A segunda parte da gratificação será paga até o dia 20 de dezembro.

Trabalhadores domésticos, da iniciativa privada e **servidores públicos**, inclusive os temporários que tenham contratos formais, fazem jus ao pagamento da gratificação. No caso dos domésticos, as regras são as mesmas dos demais serviços. Já para os temporários, o pagamento é feito de acordo com o número de meses trabalhados no ano.

Os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) também têm direito ao décimo terceiro salário. No entanto, o pagamento foi antecipado para os meses de maio e junho deste ano pelo governo federal para injetar recursos na economia do país. Portanto, esses segurados não recebem a gratificação agora.

Quem tirou licença médica tem direito ao benefício integral. Se o afastamento for de até 15 dias, quem paga é a empresa. Se for maior, a empresa paga o décimo terceiro proporcional ao período trabalhado, e o valor correspondente ao tempo em que o trabalhador ficou afastado é desembolsado pelo **INSS**.

Já nos casos de licença-maternidade, o período de afastamento não interfere no cálculo do décimo terceiro. Assim, o valor será integral caso a funcionária tenha ficado o período de um ano na empresa, ou proporcional da data do início do contrato de trabalho.

Funcionários que optaram por receber a gratificação junto às férias não têm direito essa primeira parcela.

O que entra na conta

Entram na conta para o pagamento: o salário e também as verbas de natureza salarial, como horas extras, comissões e adicionais noturno, de periculosidade e de insalubridade. Não entram no cálculo do 13º os auxílios de transporte, alimentação, creche e participação nos lucros.

A primeira parcela, chamada de adiantamento, deve

corresponder à metade da remuneração do mês anterior ao mês de recebimento. Como tem de receber a primeira parcela até novembro, o valor tem que ser a metade do que o trabalhador recebeu em outubro. Não há descontos sobre esse adiantamento do benefício.

A segunda parcela equivale ao salário bruto do mês de dezembro, descontados o adiantamento da primeira parcela, a contribuição ao **INSS** e o Imposto de Renda, quando for o caso. Os descontos do **INSS** podem ser de 7,5% a 14%, dependendo de faixa salarial. O IR, por sua vez, é descontado sobre o salário bruto.

Como é feito o cálculo do valor a receber?

O cálculo é feito com base nos meses trabalhados: o empregado que trabalhou 12 meses recebe o 13º salário completo. Já quem não atuou o ano inteiro recebe o 13º salário proporcional aos meses de atividade - se trabalhou apenas um mês, recebe 1/12 (um doze avos), ou seja, o salário dividido por 12. Se foi contratado no meio do ano, recebe o correspondente aos seis meses.

- Não têm direito a receber a gratificação de fim do ano quem trabalhou menos de 15 dias no ano e os trabalhadores intermitentes - pontua o advogado Sérgio Batalha.

As horas extras entram na média do pagamento do décimo terceiro salário. Para fazer o cálculo do benefício com horas extras, some todas as horas a mais acumuladas até outubro e divida por 12. Já no caso de comissionamento, é preciso calcular a média dos valores recebidos no período trabalhado. De janeiro a outubro, no caso da primeira parcela, e de janeiro a novembro, para a segunda parte.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2022/11/decimo-terceiro-prazo-para-pagamento-da-primeira-parcela-termina-nesta-quarta-feira.ghml>

Primeira parcela chega hoje

Cerca de 85,5 milhões de trabalhadores de todo o país devem ter um pequeno alívio financeiro. Isso porque os empregadores têm até esta quarta-feira (30) para efetuar o depósito da primeira parcela do 13º salário. Quase R\$ 250 bilhões devem ser injetados na economia com o pagamento do benefício - 9% desse montante estão concentrados na região Centro Oeste. A bonificação vale para todos os profissionais com carteira assinada ou que exerceram alguma atividade nessa modalidade ao longo do ano. O pagamento é proporcional ao tempo de serviço do funcionário na empresa. Levantamento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) aponta que o valor médio pela gratificação é de R\$ 2.672. Conforme a legislação, a primeira parte do depósito corresponde à metade do rendimento bruto sem nenhum tipo de dedução e acrescido de outras parcelas de natureza remuneratória, como horas extras, adicionais de insalubridade ou periculosidade, comissões, gorjetas, entre outras. Em seguida, divide-se o total do salário e multiplica o resultado pelo número de meses em que a atividade foi exercida. Já a outra fatia do valor deve ser paga, no máximo, até 20 de dezembro, nas vésperas das festas de fim de ano. A diferença é que na segunda metade são descontados Imposto de Renda e **INSS**. O trabalhador também pode optar pelo recebimento antecipado com as férias. Aqueles que fizeram esse tipo de solicitação receberão apenas a segunda parcela.

Comércio

A injeção de recursos na economia eleva as expectativas do varejo em todo o país. Em Mato Grosso, não é diferente. De acordo com a última pesquisa que avalia a Confiança do Empresário do Comércio (Icec) em Cuiabá, o indicador de novembro cresceu 2,6% em relação a outubro e subiu 10,4 pontos percentuais no comparativo anual. De quebra, o índice atingiu o maior patamar da série histórica iniciada em 2011. "A alta é reflexo do aumento na movimentação do comércio, possibilitando maior injeção de otimismo para as vendas e consumo", comenta José Wenceslau de Souza Júnior, presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio-MT)

Veja como aproveitar o dinheiro

Especialistas destacam ter um bom planejamento para aproveitar o 13º salário é fundamental para quitar dívidas, reorganizar as despesas domésticas e desfrutar de momentos de lazer. Segundo o professor

e planejador financeiro, Maykon Oliveira, a recomendação é para que o trabalhador avalie a sua situação econômica e busque renegociar pendências para entrar em 2023 sem as contas "em ordem". Após sanar dívidas, o educador sugere a formação de uma reserva de emergência para utilizá-la quando imprevistos cotidianos ocorrerem. Outra ideia é usar parte do benefício para investir no empreendedorismo. "Sem dívidas e sem a necessidade de cobrir os gastos extras, o 13º dessa poderá ser usado para conquistar sonhos como viagem, comprar carro, imóvel, etc", comenta o planejador financeiro. (JF)

Site: <https://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/>

Saia do vermelho enquanto é tempo (Artigo)

Alexandre Brandão Bastos Freire

Seja por faltado planejamento, por impulsividade e até por um imprevisto, não é incomum que, em alguma ocasião, gestores percam o controle do fluxo de caixa da empresa, assumindo um compromisso que não encaixa no orçamento corporativo. Surge então, a necessidade de renegociar as dívidas.

No caso de dívidas com a **Receita Federal**, por exemplo, a boa notícia é a nova Portaria RFB208/2022, que regulamenta a Lei 14.37.") e determina que as empresas brasileiras que estão com dívidas tributárias tem até o dia 30 de novembro para renegociar os débitos com 70% de desconto de multas e juros, o que pode reduzir consideravelmente as prestações do parcelamento que atualmente, está em 120 meses, podendo chegar a 145 meses.

A medida inclui desconto nos valores para pessoas físicas, microempreendedores individuais (MEIs), Santas Casas de Misericórdia, sociedades cooperativas e instituições de ensino, que podem parcelar até R\$ 1.4 milhão em dívidas tributárias que não estejam sob contestação judicial.

Ressalto que, devido ao fato de o governo federal ter estendido o prazo de renegociação das dívidas tributárias, algumas empresas que se beneficiariam indiretamente foram excluídas do acordo, mas ainda cabe ação judicial das que foram recusadas administrativamente.

De acordo com a **Receita Federal**, até o dia 7 do mês passado, 2.000 contribuintes pediram adesão ao programa de renegociação de dívidas tributárias, ou seja, até o momento, 2% do total de 112.5 mil contribuintes que podem se beneficiar com a medida.

É importante destacar que, todo ano, a União, alguns estados e municípios divulgam programas de parcelamento de dívida ativa com o objetivo de resgatar parte do valor que deixa de ser pago em tributos com regularidade. Essas medidas são necessárias para reduzir o déficit nas contas públicas e são benéficas tanto para o contribuinte quanto para o governo.

O não pagamento dos débitos com o Fisco pode resultar em restrições de crédito causadas pela irregularidade no nome do contribuinte. Em alguns casos, o devedor pode ficar negativado e sofrer todas as consequências de uma dívida comum. Além dos

juros e multas somados à dívida, o endividado ainda pode sofrer uma ação de execução fiscal.

Segundo levantamento mensal realizado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), hoje em dia, a cada cem famílias brasileira, 79 estão com dívidas. Sendo que a maioria dessas dívidas não está ligada a bancos, mas a serviços em geral, como contas de luz, telefone, internet, prestações de carro e residência.

Entendo que as dívidas nem sempre são malélicas. Elas também podem significar que existe algum tipo de investimento sendo feito e se tudo for bem elaborado, as dívidas passam a ser somente mais uma parte do planejamento financeiro. Mas, é importante reconhecer uma dívida boa e uma ruim.

Ou seja, se há um débito na sua empresa e não existem recursos para quitá-lo, é um indicador de que algumas decisões erradas foram tomadas ou que não houve planejamento satisfatório para situações imprevistas. Elas sempre acontecem, fica o alerta!

Excepcionalmente hoje a coluna do Open Mind Brazil não será publicada

Alexandre Brandão Bastos Freire. Sócio-diretor do Escritório Bastos Freire Advogados

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

Cenário tributário 2023: ano do compliance fiscal (Artigo)

O ano de 2023 será diferente para a área tributária, o que faz com que as empresas já devam estar em movimentação para administrar suas rotinas tributárias.

Para o novo ano, as atenções estarão voltadas para a discussão das Propostas de Emendas Constitucionais (PECs) que tramitam no Congresso brasileiro e prometem simplificar a forma de arrecadação dos **impostos** indiretos e das contribuições sociais. Espera-se que seja dado um rumo positivo, pois se faz necessária uma simplificação na sistemática de apuração dos **impostos**, dos processos, das regras e dos procedimentos.

A começar pela organização das normas com conteúdo fiscal e com seus emaranhados de múltiplas legislações a que estão sujeitas as empresas brasileiras que não conseguem atualmente dar conta ou, se dão, é porque investem em um número expressivo de profissionais qualificados, equipamentos de informática modernos e desenvolvimento de sistemas capazes de responder com a rapidez necessária para a tomada de decisões. São muitos os detalhes criados por uma quantidade grande de burocratas espalhados pelos incontáveis órgãos das administrações tributárias nos âmbitos federal, estaduais e municipais responsáveis pelos **impostos** e contribuições.

Do lado dos governos, é verificado um investimento importante em Tecnologia da Informação visando aprimorar o controle do contribuinte, treinando e aperfeiçoando o seu pessoal, pois há tempo e espaço para isso. Aquela figura do fiscal que estava presente em barreiras de fronteiras entre as Unidades da Federação, ou mesmo em ações isoladas de visitas a empresas, hoje fica na "repartição pública", dentro do seu ambiente, fiscalizando por meio de análises os documentos e arquivos gerados pelos contribuintes no cumprimento das obrigações fiscais acessórias.

Pelo cenário que se apresenta em 2023, o responsável fiscal haverá de se preocupar mais firmemente com a qualidade dos dados que coleciona nas suas análises das atividades empresariais e que os apresenta para o Fisco por meio dos arquivos fiscais obrigatórios criados pelo chamado Sped (Sistema Público de Escrituração Digital), que atualmente abarca todo o contingente de documentos

que suportam a totalidade das operações empresariais, desde as mais simples até as movimentações mais complicadas, passando pelos detalhes da produção, movimentação e controle dos estoques refletidos também nos atos e fatos contábeis.

Desde 2003, quando vivenciamos o nascimento do projeto Sped, que iniciou para valer em 2009, vemos o desenrolar do desenvolvimento dos detalhes cada vez maiores para transformar em arquivos eletrônicos cada movimento refletido em documentos exigidos pelas legislações relativas aos **impostos** e às contribuições a que as empresas estão sujeitas. Detalhes da contabilidade, até então restritos aos livros internos, passaram a ter amplitude e divulgação imediata para os órgãos de fiscalização.

A relação de obrigações fiscais apresentadas em ambientes informatizados é atualmente muito grande. Entre eles estão EFD-ICMS/IPI (Escrituração Fiscal Digital-Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços/ Imposto sobre Produtos Industrializados); EFD-Contribuições (Escrituração Fiscal Digital das Contribuições para o Programa Integração Social/Contribuição para Financiamento da **Seguridade Social**); EFD-Reinf (Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais); ECD (Escrituração Contábil Digital); ECF (Escrituração Contábil Fiscal), além dos documentos fiscais, como NF-e (Nota Fiscal Eletrônica); NFC-e (Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica); CT-e (Conhecimento de Transporte Eletrônico).

Os detalhes de todos os documentos estão presentes nesses arquivos apresentados ao Fisco e ficam disponíveis para ser tratados sob o ponto de vista dos fiscais e submetidos a auditorias fiscais para validarem seu conteúdo. Com os dados em mãos de todas as empresas, o Fisco pode realizar cruzamentos das informações entre os diferentes contribuintes e mesmo os processos internos das empresas cruzando as informações por elas mesmas prestadas nesses diversos arquivos fiscais.

Em 2023, essa será a temática do Fisco: cruzar informações, validar os dados e cobrar esclarecimentos dos contribuintes nos casos de inconsistências. Contribuintes que já investem na qualidade dos seus sistemas de controles, terão também que investir em ações que antecipem os

processos da fiscalização, minimizando os riscos fiscais, ou seja, o chamado Compliance. Tendo em vista o volume de dados que são disponibilizados nos arquivos digitais, deverá inclusive fazer uso de Inteligência Artificial (IA), estabelecendo regras de cruzamento de dados para verificar a validade das informações com segurança, mitigando ações de fiscalização.

Enfim, será determinante uma busca qualificada por sistemas que promovam esse processo de validação com rapidez e eficiência, marcando 2023 como um ano em que as empresas terão que investir agora para ficar em paz com o Fisco e ter uma quase certeza de que não só a apuração e o recolhimento dos seus **impostos** e contribuições foram realizados corretamente, mas também de que todos os seus dados levados ao conhecimento do Fisco, por meio das obrigações fiscais acessórias digitais, estejam em Compliance.

* Especialista tributário da equipe da área Tax Solution na Engineering

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-30-11-2022/>

Taxação de lucros e dividendos é prioridade para o PT, mas há resistências

Defendida durante a campanha eleitoral tanto por Lula quanto por Bolsonaro, a tributação de lucros e dividendos voltará ao debate no Congresso em 2023, mas o apoio do Executivo não garante aprovação fácil de uma matéria parada desde setembro de 2021. Ouvi de parlamentares de diversos partidos que a própria composição do parlamento, com a maior parte dos eleitos representando os detentores do capital, tende a dificultar o debate.

A proposta do PT, defendida por Lula e pela área econômica durante a campanha, é aproximar a tributação sobre a renda do trabalho à da renda obtida pelo capital. A justificativa é promover justiça social, e criar receitas para políticas públicas que atendam à maioria da população.

O governo Bolsonaro defendia a taxa para bancar o Auxílio Brasil de R\$ 600, que acabou sem recursos no Orçamento. Em função do tempo curto, o governo eleito de Lula optou por não associar o debate do Auxílio/Bolsa Família ao da taxa dos lucros, mas isso não significa que o assunto esteja fora da pauta. Ao contrário, disseram interlocutores.

A ideia tanto do governo eleito quanto do atual não é aumentar a carga tributária, mas cobrar mais **impostos** de quem ganha dinheiro com o capital e **menos** dos trabalhadores, especialmente os com salários menores.

Para se ter uma ideia do volume da renda sobre o capital que não é tributado no Brasil, no relatório Grandes Números das Declarações de 2021 do IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física, sobre 2020), o total dos rendimentos tributáveis declarados foi de R\$ 1,97 trilhão, enquanto o total de rendimentos não tributáveis foi de R\$ 1 trilhão.

Dentro dos não tributáveis, há vários tipos de rendimento (nem todos sobre o capital, como a restituição do Imposto de Renda), e praticamente a metade corresponde aos lucros e dividendos, que chegaram a R\$ 513 bilhões (sendo R\$ 384 bilhões das grandes empresas e R\$ 129 bilhões distribuídos pelas empresas do Simples).

Hoje um trabalhador com carteira assinada que ganha acima de R\$ 4.664,68 cai na faixa mais alta de Imposto de Renda retido na fonte: 27,5%.

Um empresário cuja renda é concentrada na distribuição de lucros e um investidor com ações de uma empresa que paga dividendos pagam zero, já que desde 1996 a distribuição de lucros não é tributada no Brasil.

A equipe econômica do PT defende que a tributação sobre o capital seja progressiva (assim como no Imposto de Renda, quem ganha menos em valores absolutos teria alíquotas menores), abrindo a possibilidade de isenção para o pequeno investidor.

A tributação também levaria em conta os **impostos** pagos pelas empresas que distribuíram os lucros ou dividendos, para evitar que a alíquota efetiva total sobre o capital não seja maior do que a praticada na maioria dos países, para o Brasil não perder investimentos.

Para reduzir as resistências, o governo eleito deve propor a taxa dos lucros e dividendos dentro de um projeto que reduza os **impostos** sobre as empresas e sobre o trabalho.

Uma saída legislativa é trabalhar pela aprovação da reforma do IR (PL 2337/2021), já aprovada na Câmara em 2021, mas parada no Senado.

Apesar de o projeto ser de autoria do governo Bolsonaro, o deputado petista Afonso Florence (PT-BA) me disse que ele pode ser uma alternativa por já ter sido aprovado na Câmara.

O texto estabelece que os lucros e dividendos sejam taxados com alíquota única, e não progressiva, em 15%. O projeto de lei também estabelece que a alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) seja reduzida de 15% para 8%.

O adicional de 10% previsto na legislação para lucros mensais acima de R\$ 20 mil continua valendo. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) foi reduzida 0,5 ponto percentual em duas etapas, condicionadas à redução de incentivos tributários que aumentarão a arrecadação, passando de 9% para 8% (exceções: bancos, de 20% para 19%; e demais instituições financeiras, de 15% para 14%).

No texto, o imposto sobre o trabalho também foi

reduzido, com o aumento da faixa de isenção de R\$ 1.903,98 para R\$ 2.500 mensais, com reajustes também para as demais faixas.

Site: <https://economia.uol.com.br/colunas/mariana-londres/2022/11/30/taxacao-de-lucros-e-dividendos.htm>

Outras opções legislativas são apresentar um novo projeto de lei mais alinhado com a proposta progressiva do PT, ou discutir a tributação de forma paralela à **reforma tributária** (PEC 45), proposta que o PT apoia.

Durante a campanha, Lula prometeu elevar a faixa de isenção do IR para R\$ 5.000. Na tramitação do PL na Câmara, o deputado Afonso Florence e a oposição trabalharam para derrubar a ideia inicial de acabar com o desconto simplificado na declaração de ajuste anual, que teria impacto sobre a classe média.

Se a tramitação do PL 2337/2021 continuar em 2023, o texto deve sofrer alterações no Senado e voltar à análise na Câmara.

Para o economista Rodrigo Orair, pesquisador da USP e coautor do livro *Progressividade tributária e crescimento econômico*, o Brasil precisa de uma reforma para ter um sistema mais igualitário e ser mais competitivo na atração de investimentos estrangeiros.

Na experiência internacional, há uma competição forte em reduzir as alíquotas sobre o lucro das empresas. Hoje o Brasil tem uma das mais altas, 34% (IRPJ e CSLL). Todos estão reduzindo para perto de 25%, e o Brasil ficou parado, com alíquotas disfuncionais. Isso afeta a competitividade do Brasil, afirma

A receita para reduzir o imposto sobre as empresas está clara para o pesquisador e inclui a tributação da renda sobre o capital da pessoa física.

Segundo ele, para equilibrar essa redução, os países têm feito compensações e reformas baseadas em alguns pilares:

- 1) Eles reduzem a alíquota sobre o lucro das empresas, revendo benefícios fiscais e ampliando a base. Assim mais contribuintes pagam menos.
- 2) Ampliam a tributação na renda do capital na pessoa física. Esse modelo estimula a retenção de capital nas empresas e é mais justo porque, quando você tributa demais a empresa, ela pode repassar para terceiros (no preço do produto, na contratação). Então se você tributa a pessoa física, você não tem esse repasse.
- 3) Você aproxima a tributação sobre o trabalho e a tributação sobre o capital, que é uma relação que está desigual no Brasil. Essa é uma tendência de reforma muito clara para o Brasil.

Novo governo deve rever cortes de alíquotas de itens de fora do Mercosul

LORENNA RODRIGUES BRASÍLIA

Em uma sinalização de que deve reverter as principais medidas adotadas pelo atual governo no comércio exterior, a equipe de transição estuda revogar a redução feita pelo Brasil de forma unilateral na Tarifa Externa Comum (TEC) que é cobrada para a importação de produtos de fora do Mercosul.

Os técnicos também estudam revogar a redução de **tributos** para a importação de itens considerados de luxo, como jet skis e lanchas. Alguns desses produtos foram incluídos na lista que permite a redução das tarifas a pedido do próprio presidente Jair Bolsonaro (PL), que queria baratear o preço no Brasil.

Sem o aval dos parceiros do bloco, a equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, cortou em 20% o imposto para a importação de outros países, o que, na prática, significa que as taxas praticadas pelo Brasil estão mais baixas do que as de Argentina, Uruguai e Paraguai. Segundo o Estadão|Broadcast apurou, esse é um dos pontos em discussão no grupo que assessora o governo eleito e que deve propor medidas para a área de Indústria e Comércio Exterior.

Até agora, os integrantes da equipe de transição têm feito um diagnóstico geral do setor e levantado pontos de alerta, como a falta de orçamento para programas da área.

Também estão na lista de estudo para provável revogação medidas antidumping adotadas pelo atual governo e portarias que facilitaram a importação de bens de capital e de informática com **tributos** reduzidos - os chamados "ex-tarifários".

REGIÃO. Desde que assumiu, o ministro Paulo Guedes deixou claro que o Mercosul não era uma prioridade para o atual governo e que queria modernizar o bloco, o que passaria por uma redução das tarifas cobradas na importação de produtos de outros países. Em reuniões nos últimos quatro anos, a equipe de Guedes tentou convencer os demais integrantes do grupo a reduzir a TEC.

Ainda assim, o governo brasileiro, à revelia do bloco, anunciou duas reduções na TEC de 10% cada. Em novembro do ano passado, o Brasil reduziu unilateralmente a tarifa em 10%, usando uma brecha

no regulamento do bloco que permite medidas do tipo para a "proteção da vida e da saúde das pessoas". Em maio deste ano, após o acirramento da guerra entre Ucrânia e Rússia, o governo brasileiro aprovou uma nova redução de 10%, válida para diversos produtos.

Em reunião do Mercosul em julho do ano passado, o bloco chegou a homologar o primeiro corte -que os demais países poderão adotar de maneira flexível até 2025 - e permitiu a redução adicional feita pelo governo brasileiro até o fim de 2023.

O corte nas tarifas foi anunciado pelo governo como uma forma de combater a **inflação** e atingiu 87% dos produtos comercializados com países que não estão no grupo, mantendo de fora bens como automóveis e sucroalcooleiros, que já têm um tratamento diferenciado pelo bloco.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Usuários de energia já pagaram R\$ 25,8 bi em subsídios este ano

ANDREIA VERDÉLIO

Agência Brasil, Brasília

Os consumidores brasileiros já pagaram, este ano, R\$ 25,8 bilhões em subsídios embutidos nos **impostos** da conta de energia elétrica. O montante equivale a 12,59% da tarifa média paga pelas residências no país. O levantamento foi divulgado ontem pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) por meio do Subsidiômetro, uma ferramenta criada para detalhar os subsídios presentes no setor elétrico e qual o custo deles para o consumidor.

O relatório digital consolida dados fornecidos pelas distribuidoras de energia e pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) sobre os itens de custo que compõem a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que é o fundo setorial que tem como objetivo prover recursos para diversas políticas públicas do setor elétrico. Nos últimos cinco anos, a CDE dobrou seu orçamento, passando de R\$ 15,99 bilhões, em 2017, para R\$ 32,10 bilhões em 2022.

Do valor pago na fatura para a CDE, por exemplo, R\$ 8,9 bilhões foram para a Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), usados para custear a geração termelétrica nos sistemas isolados, que não foram conectados ao Sistema Interligado Nacional (SIN), como regiões da Amazônia. O custeio da geração por fontes renováveis também levou R\$ 6,9 bilhões. Outros R\$ 3,3 bilhões foram para a Tarifa Social, para o custeio de desconto a famílias de baixa renda.

Na Geração Distribuída, o subsídio chega a R\$ 2,2 bilhões, que incluem os sistemas de micro e minigeração de energia, aquela energia produzida pelos próprios consumidores, em sua maioria a partir de painéis solares.

Para o diretor-geral da Aneel, Sandoval Feitosa, alguns desses subsídios são voltados a políticas sociais, "cujo mérito são inquestionáveis", mas os consumidores devem conhecer quem se beneficia dos valores pagos "e decidir se esses benefícios incluídos nos subsídios compensam os valores pagos na fatura". "A CDE precisa ser pensada como orçamento público, por meio do qual novas despesas devem estar limitadas a novas fontes de receita. A conta de energia

elétrica não pode ser encarada como uma fonte infinita de financiamento de política pública", disse, durante apresentação do Subsidiômetro, em reunião ordinária da diretoria da Aneel.

"O esclarecimento da sociedade e também dos formuladores de políticas públicas em relação a essa pauta é fundamental para que as decisões sejam tomadas com o devido conhecimento dos seus impactos", explicou. Nessa linha, segundo Feitosa, o Congresso Nacional tem feito mudanças legislativas no sentido de reverter a tendência da implantação de subsídios na conta de energia elétrica.

Para ele, o elevado custo da CDE e dos subsídios como um todo "tem limitado o papel da energia elétrica como vetor de ganho de produtividade, competitividade e bem-estar pessoal".

"A discussão, para ser justa, deveria se pautar nos esforços em diminuir as tarifas de energias elétrica, reduzir os subsídios custeados por meio de tarifas, buscar novas fontes de receita para a CDE, ou seja, pautas que ampliem o bem-estar social da população, aumentem a competitividade do país e da indústria, facilitem a arrecadação de **impostos** com tarifas médias, assegurem a remuneração adequada e aderente aos riscos dos negócios para os empreendedores de geração distribuída, como também geração centralizada e distribuidores, evitando transferências injustas de renda", argumentou.

Geração distribuída

A partir de 2023, conforme o Marco Legal da Geração Distribuída, parte dos subsídios da micro e minigeração de energia passam a ser incluídos na CDE. Segundo Feitosa, a estimativa atual de custos é de aproximadamente R\$ 1,4 bilhão, arcados apenas pelo mercado cativo (aqueles que compram da distribuidora local de energia). "Ou seja, mais aumento nas contas da CDE", destacou.

O diretor-geral da Aneel contou que um projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional (PL 2703/2022) prevê a postergação desse prazo. Mas isso, segundo ele, agravaria mais esse quadro em aproximadamente R\$ 25 bilhões a serem incluídos de forma implícita na tarifa ao longo dos próximos anos.

"Também, além de trazer insegurança ao setor, uma vez que propõem-se a rediscutir alteração de uma lei que tem menos de um anos de aplicação e que terá como resultado a ampliação de benefícios para um pequeno grupo de consumidores em desfavor da maioria esmagadora dos consumidores que arcarão com esses custos", argumentou.

Segundo Feitosa, além dos custos incluídos da CDE, já estão previsto para 2023, implícitos na tarifa de energia, aproximadamente 4 bilhões para os subsídios.

A Aneel está com consultas públicas abertas sobre a regulação do marco legal e para detalhar como os benefícios tarifários previstos serão contemplados na CDE e nos processos tarifários das distribuidoras.

A partir de 2023, conforme o Marco Legal da Geração Distribuída,

parte dos subsídios da micro e minigeração de energia passam a ser incluídos na CDE

Site: <https://atarde.com.br/?d=1>

Estatal do pré-sal prevê movimento de R\$ 832 bilhões em dez anos

A estatal Pré-Sal Petróleo SA (PPSA), responsável pelo gerenciamento da fatia da União nos campos do pré-sal, deve ganhar corpo a partir de 2023 e movimentar R\$ 832 bi em dez anos com a venda do petróleo da União, que representa US\$ 157 bilhões. Esses recursos são gerenciados diretamente pela estatal, que vem realizando leilões para vender os volumes.

A PPSA foi criada no governo Dilma Rousseff para fiscalizar os chamados contratos de partilha da produção do pré-sal, que garantem à União parte do petróleo extraído. Atualmente, são 19 contratos dessa espécie, que garantirão arrecadação de US\$ 334 bilhões, o equivalente a R\$ 1,77 trilhão, de acordo com o câmbio atual, nos próximos anos, segundo estudo divulgado nessa terça-feira (29).

O valor refere-se a *royal-ties* e **impostos** cobrados sobre uma produção estimada de 7,7 bilhões de barris de petróleo e receita com a venda da fatia dessa produção que pertence à União, estimada em 1,9 bilhão de barris.

A privatização da estatal foi ventilada ao longo do governo de Jair Bolsonaro, como forma de antecipar o recebimento dos recursos previstos para os próximos anos, mas o processo não foi adiante.

Agora, o programa de governo do presidente eleito, Luís Inácio Lula da Silva, prevê fortalecer os contratos de partilha da produção e ampliar os investimentos estatais no setor de petróleo.

"A PPSA cumpre as políticas que vêm do governo e vai continuar desempenhando suas funções", disse o presidente da PPSA, Eduardo Gerk, em evento para divulgar as projeções da estatal para os próximos dez anos.

Além da venda do petróleo e gás, a empresa é responsável por fiscalizar os contratos, que têm investimentos previstos em US\$ 72,5 bilhões, o equivalente a R\$ 384 bilhões, nos próximos dez anos, com a contratação de 21 novas plataformas e de 319 poços de exploração e produção de petróleo.

A empresa terá ainda maior participação no mercado brasileiro de gás natural. Atualmente, a empresa vende à Petrobras 200 mil metros cúbicos por dia a

que tem direito nos campos do pré-sal. A ideia é também licitar novos contratos de venda de gás quando a produção crescer. A expectativa é que, ao fim desta década, os contratos de partilha rendam ao governo entre dois e três milhões de metros cúbicos de gás natural por dia.

Gerk disse que a empresa está se preparando para avançar. Em razão disso, prepara um concurso para contratar 101 novos servidores, mais do que dobrando o quadro atual, de 86 cargos de livre provimento e quatro diretores.

A previsão é lançar o certame até o fim do ano que vem, com contratações para o início de 2024. O aumento das vagas já foi autorizado pelo governo, mas Gerk frisou que a decisão final agora caberá à nova gestão da estatal.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/30-11-2022-edicao24451/>

Número de vagas de emprego cai 42,5%

Rosana Hessel

Apesar de um saldo de 159.454 vagas criadas em outubro, a geração de emprego formal está perdendo o fôlego, pois registrou queda de 42,5% em relação ao volume de cargos criados em setembro, de 277.388. É o que apontam os resultados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados ontem pelo Ministério do Trabalho e Previdência. Isso faz do mês de outubro o segundo mais fraco do ano em relação à criação de empregos formais, perdendo apenas para março, quando o saldo foi de 96.927 vagas novas.

O dado é referente à diferença entre o número de admissões e demissões e reflete a desaceleração da economia no terceiro trimestre. Amanhã, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgará o resultado do Produto Interno Bruto (**PIB**) dos meses de julho a setembro. A maioria das apostas do mercado é de um crescimento entre 0,5% e 0,6%, praticamente metade do avanço de 1,2% no **PIB** do trimestre anterior, refletindo, em grande parte, o impacto do aumento dos juros ao longo do ano.

Ao comentar os números, o subsecretário de Estudos e Estatísticas da pasta, Felipe Pateo, minimizou o recuo, porque afirmou que os meses de outubro têm uma sazonalidade na indústria de forma geral, que reduz as contratações. Contudo, ele reconheceu que o recuo surpreendeu. "Essa queda, apesar de ser maior do que o esperado, não foge tanto ao padrão de sazonalidade da série histórica", disse.

De acordo com os dados do Caged, a geração de emprego no mês de outubro foi positiva em 26 das 27 unidades da Federação, com exceção do Amapá. Os estados do Sudeste aparecem com o maior volume de vagas criadas.

O salário médio das admissões encolheu 0,3% entre setembro e outubro, passando de R\$ 1.940,21 para R\$ 1.932,93, conforme os resultados do Caged. Aliás, o maior volume de contratações, de acordo com os técnicos, é justamente na faixa de um a dois salários mínimos.

COMÉRCIO E INDÚSTRIA O estoque de empregos com carteira assinada somou 42.998.607 no mês de outubro, o maior patamar da história. O dado foi comemorado pelo ministro do Trabalho e Previdência, José Carlos Oliveira. "Mais uma vez o resultado foi positivo em todo país e a geração de emprego foi

percebida em 26 unidades da Federação, com destaque para São Paulo que, junto com os demais estados da região Sudeste, foi responsável pela criação de mais de 80 mil postos de trabalho", afirmou.

Conforme os dados, o comércio e a indústria lideram como os que mais empregam, com 9.843.317 e 7.569.166 de empregados, respectivamente.

Em outubro, houve saldo positivo em quatro dos cinco grupos de atividades econômicas avaliados pelo Caged. Somente no setor da agropecuária é que houve variação negativa - ou seja, ocorreram mais desligamentos do que novas admissões (ver quadro).

Na área dos serviços, o Caged destaca a criação de vagas nas atividades de Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas, que juntas acumularam 49.260 postos. Já na Indústria, a maioria das vagas (mais de 13 mil) estavam concentradas na Indústria de Transformação.

"Essa queda, apesar de ser maior do que o esperado, não foge tanto ao padrão de sazonalidade da série histórica"

Felipe Pateo, subsecretário de Estudos e Estatísticas do Ministério do Trabalho e Previdência

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/30/11/2022/p1>

Cortes na Saúde ameaçam políticas públicas

Mateus Vargas e Raquel Lopes

O governo Jair Bolsonaro (PL) decidiu bloquear mais R\$ 1,65 bilhão do orçamento do Ministério da Saúde. A Economia mandou na última sexta (25) a pasta de Marcelo Queiroga escolher quais áreas serão atingidas.

Integrantes da Saúde temem que isso dificulte ainda mais a execução de políticas públicas até o fim deste ano. A ordem é cortar verba das despesas discricionárias, ou seja, os recursos usado em programas como o Farmácia Popular, para a habilitação de leitos e na compra de medicamentos e insumos.

A Saúde ainda não disse quais ações serão cortadas. A equipe de transição do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), tem dito que o cenário é de caos na saúde por causa da falta de verba.

Procurados, os ministérios da Economia e da Saúde não se manifestaram.

O governo anunciou na semana passada o bloqueio de mais R\$ 5,7 bilhões do Orçamento de 2022 dos ministérios para evitar estouro do teto de gastos. A tesourada na Saúde é resultado desta decisão.

Em ofício à Saúde, o secretário de Orçamento Federal, Ariosto Culau disse que os valores bloqueados podem ser cancelados para atender a despesas obrigatórias, como gastos com pessoal, ou "despesas primárias discricionárias inadiáveis".

O governo já havia travado R\$ 2,23 bilhões da Saúde. Ou seja, o corte total desse tipo de verba vai a cerca de R\$ 3,8 bilhões.

Técnicos da pasta dizem que a verba que ainda resta das emendas parlamentares já está bloqueada e que o novo corte acabará sendo feito sobre despesas discricionárias de programas do ministério.

A Economia pediu para a Saúde indicar até esta terça-feira (29) quais áreas devem ser atingidas. Integrantes do ministério, porém, disseram à Folha que ainda não sabem quais ações vão perder recursos.

A pasta de Paulo Guedes ainda disse para a Saúde reavaliar a necessidade de execução das despesas até o fim do ano, para se adequar "à redução de dotação de seus orçamentos buscando mitigar os

efeitos desses ajustes na realização de políticas públicas sob sua supervisão".

"Caso necessário, há a possibilidade de ajustes nas programações, de forma a minimizar os efeitos dos bloqueios, desde que os órgãos solicitem alterações orçamentárias com oferecimento de dotações compensatórias no âmbito de suas programações", afirma ainda o ofício assinado por Culau.

No total, o governo Bolsonaro ordenou o bloqueio de cerca de R\$ 15,4 bilhões dos ministérios neste ano para evitar o estouro do teto de gastos.

A medida pode impor um apagão na máquina pública a pouco mais de um mês do fim do mandato do atual presidente -a exemplo da emissão de passaportes, já suspensa pela Polícia Federal por falta de verbas.

O teto de gastos é a regra que limita o crescimento (És despesas à variação da **inflação**). O bloqueio de recursos é obrigatório para o governo.

O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), aposta na aprovação da PEC da Transição para excluir as despesas com o programa Bolsa Família do teto de gastos e liberar espaço para outros programas do governo, como na área da Saúde.

O grupo de trabalho da saúde no governo de transição disse na última semana que há um cenário de caos na saúde do país. Uma das principais demandas transição é reforçar em R\$ 22,7 bilhões o orçamento da Saúde em "2023 para garantir o mínimo funcionamento dos serviços públicos.

Como a Folha mostrou, o governo Jair Bolsonaro (PL) enviou a proposta de Orçamento para 2023 com uma previsão de corte de 42% nas verbas discricionárias do Ministério da Saúde, asadas na compra de materiais, equipamentos e para investimentos.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=501>

11

Entidades de ensino superior protestam contra novos cortes

Entidades brasileiras de ensino superior protestam contra um novo bloqueio de recursos do Orçamento pelo governo federal. A medida pode travar R\$ 1,4 bilhão na Educação, sendo R\$ 344 milhões de universidades.

Já no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MC-TI), o impacto estimado pelas entidades é de R\$ 450 milhões.

Reprodução de **comunicado** do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), do Tesouro Nacional, divulgado pelas entidades nas redes sociais, mostra que o governo federal "deliberou pelo bloqueio de dotações de despesas discricionárias". Segundo o documento, o objetivo é cumprir a regra do teto de gastos, que atrela o crescimento das despesas à **inflação**.

REAÇÃO. A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) afirmou ter recebido a notícia do corte "com surpresa e consternação". "Esperamos que essa inusitada medida de retirada de recursos, neste momento do ano, seja o mais brevemente revista, sob pena de se instalar o caos nas contas das universidades." Conforme o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), um bloqueio tão próximo ao fim do ano é considerado como corte pelos gestores. Segundo a entidade, o Ministério da Educação (MEC) estipulou que será o próximo dia 9 o prazo máximo para empenhar despesas (a primeira etapa de execução do orçamento público). "Soma-se a isso a insegurança, caso o bloqueio vire um corte definitivo", diz o Conif.

A entidade estima que R\$ 184 milhões já foram cortados da área da Educação neste ano. "A situação é grave pois, novamente, o cancelamento deve ocorrer nos recursos destinados à manutenção das instituições. Ou seja, assistência estudantil, bolsas de estudo, atividades de ensino, pesquisa e extensão, visitas técnicas e insumos de laboratórios, por exemplo, devem ser afetados", complementa.

Em nota, as entidades que compõem a Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento Brasileiro (ICTP.Br), como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Academia Brasileira

de Ciências (ABC), demonstram "muita preocupação" com o impacto do bloqueio nas pesquisas.

A principal preocupação das entidades é de que o novo corte comprometa o pagamento das chamadas públicas que estão abertas e as que estão em fase de divulgação de resultados, executadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), órgão ligado ao Ministério da Ciência.

A nota reforça que os recursos orçamentários do CNPq que constam como não utilizados não devem ser observados como saldos financeiros sem execução e, portanto, passíveis de realocação ou contin-genciamento "O CNPq formula, implementa e executa chamadas públicas, que precisam de provisão financeira enquanto o cronograma dessas chamadas, muitas vezes longo, é executado", destacam.

"As entidades que compõem a ICTP.Br protestam energeticamente contra mais um corte anunciado nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, que comprometem seriamente o futuro delas e do País." GOVERNO FEDERAL. Em nota, o MEC, da gestão Jair Bolsonaro (PL), informou ter recebido a notificação do Ministério da Economia sobre os bloqueios e diz manter "a comunicação aberta" com as pastas da Economia e da Casa Civil "para avaliar alternativas e buscar soluções". Já a Economia, também em nota, disse que foi indicada no relatório de receitas e despesas do quinto bimestre uma "necessidade de bloqueio de R\$ 5,67 bilhões para cumprimento do teto de gastos, em virtude do aumento da projeção de despesas obrigatórias".

Conforme a Economia, "esses valores poderão ser reavaliados em razão de fatores supervenientes ou mudanças nas projeções de despesas primárias". A reportagem tentou contato com a pasta da Ciência, sem sucesso. A Presidência não se pronunciou.

Sobem para 21 os estados com nota A e B do Tesouro

WELLTON MÁXIMO

Agência Brasil, Brasília

Beneficiados pela recuperação econômica e pela **inflação**, que aumenta a arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), os estados estão podendo pegar empréstimos com mais facilidade. Em 2022, 21 estados receberam notas A e B do Tesouro Nacional e estão autorizados a contrair operações de crédito com garantia da União, quando o governo federal cobre eventuais prejuízos ou inadimplências.

As informações constam do Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais, divulgado ontem pelo Tesouro Nacional. No ano passado, 20 estados tinham recebido notas A e B da Capacidade de Pagamento (Capag).

Em 2022, Goiás e Tocantins subiram da nota C para B. Em contrapartida, o Maranhão caiu da classificação B para C e deixou de ser elegível a receber operações de crédito com a garantia da União. Ao todo, seis estados não podem pegar empréstimos com garantias da União. Além do Maranhão, estão nessa situação os estados do Amapá (nota C), de Minas Gerais (nota D), do Rio de Janeiro (nota C), do Rio Grande do Norte (nota C) e do Rio Grande do Sul (nota D).

Notas máximas

Em 2022, sete estados receberam o conceito máximo A, que indica a melhor situação fiscal, contra cinco em 2021. Estão nessa situação o Espírito Santo, o Mato Grosso, a Paraíba, Rondônia e Roraima, que também tinham recebido a nota máxima em 2021. Neste ano, eles ganharam a companhia do Mato Grosso do Sul e do Pará.

Pela metodologia do Tesouro Nacional, a Capag apura a situação fiscal dos estados e municípios que querem contrair novos empréstimos com garantia da União, de forma a verificar se um novo endividamento representa risco de crédito para o Tesouro Nacional.

Site: <https://atarde.com.br/?d=1>

Inadimplência e o fantasma da pandemia (Artigo)

Como já era de se esperar, a pandemia causada pelo coronavírus trouxe incertezas econômicas alarmantes para a população mundial. A principal foi a paralisação da economia devido às medidas de lockdown, proposto pela Organização Mundial da Saúde (OMS), para conter a disseminação do vírus. Para amenizar os resultados negativos, os governos e os bancos centrais mundiais forneceram fortes estímulos fiscais para a população.

O resultado da grande inserção de dinheiro foi a corrosão da renda das famílias por conta da **inflação**. Tal atitude ainda impacta a economia mundial, que luta para conter a **inflação** em todo o mundo enquanto eleva as taxas de juros.

No Brasil, o Banco Central antecipou o movimento em relação a outros países e começou a alta ainda em março de 2021, atualmente a taxa Selic se encontra em 13,75% e a **inflação** caiu para 6,47% ao ano.

Os reflexos dos estímulos fiscais auxiliaram na diminuição da inadimplência da população brasileira, em 2020, para patamares menores que os pré-pandemia.

Contudo, com o encerramento dos benefícios ofertados, a busca elevada por créditos e a diminuição da renda pela **inflação**, as concessões de crédito subiram para patamares jamais vistos. Em agosto deste ano, elas atingiram a casa dos R\$ 540 bilhões, segundo o Banco Central. O retorno da inadimplência a patamares anteriores deu-se por conta da retirada desses estímulos. Entretanto, com as concessões elevadas, este movimento pode prejudicar os credores.

A taxa média de juros aplicados aos empréstimos também se elevou significativamente. Saiu de 18,1%, em setembro de 2020, para 29,4%, em julho deste ano.

As famílias brasileiras são as mais impactadas por estes movimentos de elevação de taxas de juros que, por sua vez, elevam as taxas de financiamentos e as dívidas já existentes. O número de pessoas inadimplentes saiu de 62,2 milhões em setembro de 2020 para 68,39 milhões em setembro deste ano. O intuito deste aumento das taxas de juros é conter a **inflação**, sendo um mecanismo de extrema eficiência

para manter o poder de compra da população.

O Brasil obteve um grande destaque quanto a resposta ao impacto econômico causado pela pandemia. Porém, o desequilíbrio fiscal assombra novamente as contas públicas.

E, o excesso de assistencialismo pode causar uma destruição de renda da população no futuro.

Os dados analisados mostram que os benefícios trazem inicialmente um impacto positivo, porém são facilmente revertidos depois, deixando a população sem poder de compra e com dívidas muito mais elevadas.

Site: <https://flippioneiro.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/pio/?numero=20221130&edicao=28620#page/1>